

PROJETO DE LEI Nº 079/2024 - PED: 1.507/2024



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Diadema, 4 de dezembro de 2024

OF.ML. N.º 031/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, e de seus Ilustres Pares, o incluso Projeto de Lei que versa sobre a autorização para o Município de Diadema firmar colaboração técnica e financeira com a Liga de Futebol de Salão de Diadema, visando o desenvolvimento de torneios e campeonatos na modalidade futebol de salão para as categorias: Divisão Especial, 1ª Divisão, 2ª Divisão, 3ª Divisão e 4ª Divisão no exercício de 2025.

O ajuste pretendido se dará através de Termo de Colaboração, em observância aos ditames da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e se justifica em face da patente vantagem econômica para o Município em subvencionar e não realizar diretamente os torneios e campeonatos.

A indicação da Liga de Futebol de Salão de Diadema está amparada pela inexigibilidade de chamamento público, conforme previsto no artigo 31 da Lei 13.019/2014, pois, fundada em 30 de março de 1999 é a única organização da sociedade civil sem fins econômicos, políticos ou religiosos que congrega pessoas de ambos os sexos dentro do Município de Diadema para difundir a prática do futebol de salão não profissional, que junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas foi registrado e microfilmado sob o nº 76.036. Também, por ser filiada à Uniligas, órgão máximo de representação do segmento e porte da Liga de Futebol de Salão no Estado de São Paulo.

O repasse da subvenção dar-se-á em duas parcelas, da seguinte forma: 1º repasse, logo após a liberação da nota de empenho considerando a abertura do exercício 2025, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) e o 2º repasse, até o dia 15 de julho de 2025, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), perfazendo o total de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

O montante de recursos estabelecido para a subvenção prioriza o pagamento das despesas com a realização de torneios e campeonatos a serem realizados neste ano, e, particularmente, aquelas decorrentes de taxas de arbitragens.

Oportuno registrar, que a Liga de Futebol de Salão de Diadema recebeu subvenções nos exercícios anteriores, prestando contas regularmente, não havendo qualquer pendência a esse título. E que a primeira parcela referente a subvenção social de 2025, só será efetuada após a apresentação da prestação de contas referente a última parcela de 2025.



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

OF.ML. Nº 031/2024

O desenvolvimento dessas atividades atende a uma demanda existente no Município, e a parceria proposta reverte em significativa contribuição de sociabilização, bem-estar físico, mental e espírito de participação às comunidades de Diadema.

Assim, indiscutível que a presente propositura vai ao encontro do interesse público, na medida que atende as necessidades da coletividade, que, como sabido, encontra no esporte uma das formas de entretenimento e lazer.

Nesta conformidade, aguarda este Executivo venha esse Colendo Legislativo acolher e aprovar o incluso Projeto de Lei, convertendo-o em diploma legal, o mais breve possível, tudo nos termos do que preceitua o artigo 52, *caput*, da Lei Orgânica do Município.

Valho-me do ensejo para enviar a Vossa Excelência e demais componentes desse Sodalício os protestos de elevada estima e lúdima consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ DE FILIPPI JÚNIOR
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Vereador **ORLANDO VITORIANO**
DD. Presidente da Câmara Municipal de
DIADEMA

PROJETO DE LEI Nº 079/2024 - PED: 1.507/2024



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

PROJETO DE LEI N.º 031, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024

AUTORIZA a celebração de Termo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Município de Diadema e a entidade Liga de Futebol de Salão de Diadema, através de subvenção, visando o desenvolvimento de torneios e campeonatos na modalidade futebol de salão, nas categorias: Divisão Especial, 1ª Divisão, 2ª Divisão, 3ª Divisão e 4ª Divisão no exercício de 2025.

JOSÉ DE FILIPPI JÚNIOR, Prefeito do Município de Diadema, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Município de Diadema e a entidade Liga de Futebol de Salão de Diadema, através de subvenção, visando o desenvolvimento de torneios e campeonatos na modalidade futebol de salão, nas categorias: Divisão Especial, 1ª Divisão, 2ª Divisão, 3ª Divisão e 4ª Divisão no exercício de 2025.

Art. 2º. A Colaboração Técnica e Financeira, a que se refere o artigo anterior, será firmado em observância aos termos da minuta anexa, que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diadema, 10 de dezembro de 2024

JOSÉ DE FILIPPI JÚNIOR
Prefeito Municipal



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº _____

TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE DIADEMA** E A ENTIDADE **LIGA DE FUTEBOL DE SALÃO DE DIADEMA**, ATRAVÉS DE SUBVENÇÃO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE TORNEIOS E CAMPEONATOS NA MODALIDADE FUTEBOL DE SALÃO – CATEGORIAS “DIVISÃO ESPECIAL, 1ª DIVISÃO, 2ª DIVISÃO, 3ª DIVISÃO E 4ª DIVISÃO” – 2025 – PMDI – **28481**- 2024.

O Município de Diadema, com sede na Rua Almirante Barroso, nº 111, Vila Santa Dirce, Diadema, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 46.523.247/0001-93, neste ato representado pelo seu Secretário de Esporte e Lazer, Senhor _____, em razão da delegação de competência contida no Decreto Municipal n.º 4.849, de 31 de julho de 1996, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a Organização de Sociedade Civil, **LIGA DE FUTEBOL DE SALÃO DE DIADEMA**, com sede própria à Rua Prudente de Moraes nº 306 – Jardim Casa Grande – Diadema – CEP 09960-500, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 03.628.992/0001- 94, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor **LEANDRO DE SOUSA SILVA**, portador da cédula de identidade RG nº. 29.502.928-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 257.366.178-46, doravante denominada **ENTIDADE**, celebram o presente termo de colaboração técnica e financeira, destinado ao repasse de subvenção, nos termos da autorização contida na Lei Municipal n.º _____, de ____ de ____ de 2024 e em conformidade com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo de colaboração de parceria técnica e financeira tem por objeto, mediante a conjugação de esforços e atuação mútua dos partícipes, o desenvolvimento de torneios e campeonatos na modalidade futebol de salão.

1.1. Fica vedada à **ENTIDADE**, terceirizar o objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

2. Para a execução da presente parceria, o **MUNICÍPIO** e **ENTIDADE** secomprometem:

I – Compete ao **MUNICÍPIO**:

a) Transferir os recursos financeiros previamente definidos no Plano de Trabalho e cronograma de desembolso, conforme previsto na cláusula quarta do presente instrumento, mediante depósito em conta bancária específica da **ENTIDADE**.

b) Assessorar, orientar, monitorar, participar e acompanhar através da Secretaria de Esporte e Lazer, dos torneios e campeonatos para o conhecimento e a prática da modalidade de futebol de salão, desenvolvidos pela **ENTIDADE** e colaborar para sua boa qualidade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

- c) Indicar responsáveis para acompanhamento do desenvolvimento dos torneios e campeonatos, que emitirão relatórios mensais descrevendo as atividades aplicadas e indicando se estas estão de acordo com o Planode Trabalho.
- d) Avaliar permanentemente o desempenho dos profissionais que desenvolverão os torneios e campeonatos, exercendo inclusive poder de veto, de indicação do desligamento ou substituição de profissionais.
- e) Avaliar permanentemente o desempenho da **ENTIDADE** em relação ao desenvolvimento dos torneios e campeonatos, em relação à apresentação das prestações de contas, exercendo inclusive poder de veto, de indicação de rescisão do termo de colaboração e ainda de suspensão do (s) repasse (s).
- f) Proceder periódica e obrigatoriamente, 30 (trinta) dias antes do final do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, a avaliação das atividades técnicas e financeiras destinadas a concretização do Plano de Trabalho propondo a qualquer tempo as reformulações bem como sua prorrogação, quando cabíveis.
- g) Receber e analisar as prestações de contas de acordo com os termos da Lei Autorizadora e do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, Manual Básico de Repasses ao Terceiro Setor e Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Lei 13.019/2014.
- h) Emitir parecer técnico através da Comissão Mista para Acompanhamento e Fiscalização de Subvenções Sociais e Convênios da Secretaria de Esporte e Lazer, sobre o fiel cumprimento do Plano de Trabalho e das cláusulas estabelecidas neste TERMO DE COLABORAÇÃO.
- i) Acessar sempre que julgar necessário as súmulas dos jogos realizados através do TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como a contabilidade e registros regulares da **ENTIDADE**.
- j) Elaborar relatório governamental sobre a execução do objeto do termo de colaboração contendo comparativos entre as metas propostas e os resultados alcançados, conforme determinado no artigo 37, inciso IV da Instrução nº. 02/2008 e a partir do artigo 144 da Instrução nº 02/2016 do TCESP e Lei 13.019/2014.
- k) Elaborar parecer conclusivo nos termos do artigo 189 (Título IV- DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS), conforme Instrução nº. 02/2008 do TCESP.
- l) Fornecer manuais específicos de prestação de contas a LFSD por ocasião da celebração da parceria;
- m) Realizar procedimentos de fiscalização "in loco", antes do término do prazo da parceria, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto;
- n) Designar novo gestor da parceria, na hipótese do gestor anteriormente designado deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade. Caso isso ocorra o administrador assumirá todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

II – Compete à **ENTIDADE**:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

- a) Aplicar integralmente no desenvolvimento do objeto especificado na cláusula primeira deste TERMO DE COLABORAÇÃO e respectivo Plano de Trabalho, os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO**, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras realizadas, de acordo com o item 6.2.6. (Controle Financeiro dos Convênios) do Manual Básico de Repasses Públicos ao Terceiro Setor, estando estes sujeitos a exames sem prévio aviso, por parte do TCESP e dos órgãos Municipais incumbidos da fiscalização desta subvenção;
- b) Definir, em conjunto com a Secretaria de Esporte e Lazer, as diretrizes das atividades a serem desenvolvidas, obedecendo ao Plano de Trabalho.
- c) Manter quadro de pessoal de forma a dar plena condição de realização do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO e plano de trabalho, garantindo profissionais aptos a exercer suas funções sem impedimentos legais ou de qualquer natureza.
- c.1) Providenciar sempre que necessário, novos profissionais garantindo a plena execução do TERMO DE COLABORAÇÃO e plano de trabalho.
- d) Permitir a participação do **MUNICÍPIO**, através da Secretaria de Esporte e Lazer, na assessoria, orientação, monitoramento e participação na implantação e no desenvolvimento dos torneios e campeonatos.
- e) Firmar vínculo com a equipe técnica, estabelecendo de forma clara, as regras a que serão submetidos e o locais onde exercerão suas atividades.
- f) Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes dos recursos humanos utilizados na consecução do objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, comprovando os recolhimentos nas prestações de contas.
- g) Adquirir todos os bens de consumo e prestação de serviços, de forma a garantir o desenvolvimento dos torneios e campeonatos, conforme proposto no plano de trabalho;
- h) Recolher ao erário Municipal os eventuais saldos dos recursos repassados e não aplicados, dentro do período apazado, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, de acordo com o item 6.2.6. (Controle Financeiro dos Convênios) do Manual Básico de Repasses Públicos ao Terceiro Setor;
- i) Providenciar abertura de conta bancária específica em instituição bancária oficial (CEF ou Banco do Brasil) para a aplicação dos recursos repassados, para uso exclusivo na execução do objeto pactuado;
- j) Os saques para pagamento das despesas decorrentes da execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, deverão ser efetuados somente mediante cheque nominativo ou ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro;
- k) Apresentar ao **MUNICÍPIO** a Prestação de Contas dos recursos recebidos na forma estabelecida na Cláusula Sexta.
- l) Manter escrituração contábil regular em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei 13.019/2014;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

- m) Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- n) Divulgar em seu sítio na internet e em locais visíveis de sua Sede Social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 13.019/2014;
- o) Não realizar pagamentos antecipados com recursos da parceria;
- p) dar livre acesso aos servidores do Órgão Público repassador dos recursos, ao Controle Interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por esta Lei, bem como aos locais de execução do objeto;
- q) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da LFSD em relação ao referido pagamento; os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- r) Disponibilizar ao cidadão, no seu sítio eletrônico e na sua sede social, extrato deste Termo de Colaboração para consulta, contendo pelo menos o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

3. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO terá vigência até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA QUARTA - DO REPASSE FINANCEIRO

4. O **MUNICÍPIO** efetuará 02 (dois) repasses para a **ENTIDADE**, da seguinte forma:

- 1º repasse: Logo após a liberação da nota de empenho considerando a abertura do exercício 2025, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais);
- 2º repasse: Até o dia 15 de julho de 2025, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR TOTAL DO AJUSTE

5. O valor total estimado da presente parceria é de 100.000,00 (Cem Mil Reais) para desenvolvimento dos torneios e campeonatos atendendo às categorias: Divisão Especial, 1ª Divisão, 2ª Divisão, 3ª Divisão e 4ª Divisão.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6. A prestação de contas do 1º repasse será realizada até o dia 03 de julho de 2025 e do 2º repasse até o dia 13 de dezembro de 2025.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

6.1. Nestas datas, a **ENTIDADE** deverá apresentar à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Convênios da Secretaria de Esporte e Lazer, **demonstrativo financeiro**, juntamente com a **prestação de contas**, demonstrando as receitas e despesas do período e o **requerimento de solicitação de repasse**, a fim de que a referida Comissão possa emitir parecer técnico sobre o fiel cumprimento deste TERMO DE COLABORAÇÃO, cujos documentos analisados pela Secretaria de Esporte e Lazer, serão encaminhados à Secretaria de Finanças do **MUNICÍPIO**, até 05 (cinco) dias úteis do mesmo mês, para as providências pertinentes.

6.1.1. A **ENTIDADE** deverá apresentar todas as súmulas dos jogos realizados e não realizados (W.O) acompanhadas de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas em cumprimento do objeto, em conformidade com o plano de trabalho, devendo ser analisado e aprovado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Convênios da Secretaria de Esporte e Lazer.

6.1.2. Nas prestações de contas somente serão aceitos documentos relacionados aos itens de serviço e consumo indicados no Plano de Trabalho.

6.1.3. Além dos documentos de praxe, as prestações de contas deverão vir acompanhadas dos seguintes documentos:

a) Os indicados no artigo 50 – incisos I, II (letras a, d, e, f, g), parágrafo único das instruções 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, artigo 149 – incisos XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XXII, XXIII, XXIV, PARÁGRAFOS 1º, 2º e 3º da Instrução 02/2016 e demais resoluções pertinentes à matéria:

b) Tabela de cada campeonato contendo todos os jogos realizados com os seus respectivos resultados, incluindo datas, locais, horários, times, o número da súmula do jogo e separando a tabela por cada etapa de classificação até o resultado final;

c) Súmulas numeradas de todos os jogos realizados separadas por campeonato;

d) Relatório de atividade contendo:

- Fotos dos jogos realizados;
- número total de jogos por campeonato;
- locais de realização dos jogos com os endereços;
- número de participantes diretos e indiretos, por campeonato;
- informar se as metas quantitativas e qualitativas foram alcançadas;
- período real de realização de cada campeonato;
- número de times inscritos por campeonato.

e) Cópias dos recibos dos pagamentos às Associações de Árbitros, dos pagamentos diretos aos árbitros e dos correspondentes depósitos bancários. Além de relação de todos os árbitros da Associação;

f) Os documentos fiscais deverão vir acompanhados dos respectivos comprovantes de depósitos ou transferência efetuadas pelas empresas e de relatório detalhado contendo quais foram os materiais e/ou serviços pagos. No caso de serviços de arbitragens, o relatório detalhado deverá estar de acordo com a tabela de jogos;

g) Pesquisa de preços nas compras e serviços. Toda e qualquer despesa deverá ser precedida de no mínimo três orçamentos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

6.1.4. Não poderão ser pagas com recursos dos repasses despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxas bancárias e/ou de administração.

6.2. Fica vedada à **ENTIDADE**, terceirizar o objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

6.3. Todos os documentos de prestação de contas deverão ser apresentados também em versão digital em arquivos PDF de até 25 MB, salvo em DVD ou Pen Drive e entregues ao Serviço de Compras e Orçamento da Secretaria de Esporte e Lazer.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7. As despesas correrão através da dotação orçamentária nº. 11.02.27.813.0011.2093.335039 – fonte 1.110.0000, que poderá ser suplementada, se necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

8. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser alterado, exceto em seu objeto e prazo, e denunciado, por conveniência dos partícipes, após notificação prévia de 30 (trinta) dias, sendo que, se a denúncia for por parte da **ENTIDADE**, deverá ser precedida da entrega do relatório e prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos até o momento.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA

9. Pela execução do Termo de Colaboração em desacordo com o Plano de Trabalho e da Legislação específica, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **ENTIDADE** as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.1. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando couber.

9.2. A aplicação das sanções estabelecidas no item 9, incisos II e III, são de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa da **ENTIDADE** no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02(dois) anos de sua aplicação.



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

CLÁUSULA DEZ – DA RESCISÃO

10. Constitui motivo para rescisão do termo de colaboração:

10.1. Se a prestação de contas for apresentada após a data determinada, limitado o atraso a trinta dias, prazo após o qual a prestação de contas não será recebida e a parceria será considerada não realizada, com as consequências respectivas;

10.2. Se não forem recolhidos ao **MUNICÍPIO** na forma e no prazo determinados por este Termo de Colaboração na cláusula segunda, inciso II, letra "h", e subitem 10.8. abaixo e pela notificação respectiva, quaisquer valores devidos pela **ENTIDADE**;

10.3. Se não houver comprovação da boa e regular aplicação da (s) parcela (s) recebida (s), conforme estabelecido nas cláusulas do presente Termo de Colaboração;

10.4. Se verificadas práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública;

10.5. Se houver inadimplemento em relação às cláusulas convencionais;

10.6. Se a **ENTIDADE** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador de recursos;

10.7. Pela aplicação da terceira advertência.

10.8. Na hipótese de resolução unilateral ou inadimplência por parte da **ENTIDADE**, serão apurados judicialmente e/ou administrativamente eventuais perdas e danos e aplicadas as sanções pertinentes.

CLÁUSULA ONZE – DOS RECURSOS NÃO UTILIZADOS

11. Todos os recursos não utilizados, saldos financeiros remanescentes inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras, deverão ser devolvidos aos cofres públicos, através de depósito em conta bancária indicada pelo **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio.

CLÁUSULA DOZE – DO COMPROMISSO OU TRANSFERÊNCIA

12. Fica facultado ao **MUNICÍPIO** em conjunto com a **SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER** a decisão de assumir ou transferir a responsabilidade da execução da presente parceria, no caso de ocorrência de paralisação ou de fato relevante, de modo a evitar a descontinuidade das atividades.

CLÁUSULA TREZE - DA RESPONSABILIDADE JURÍDICA

13. O **MUNICÍPIO** estará isento de responsabilidade por quaisquer problemas advindos de litígios e/ou reivindicações legais impostas, inclusive em decorrência de reclamações trabalhistas e previdenciárias contra a **ENTIDADE**.



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

CLÁUSULA CATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR

14. Obrigações do (a) Gestor (a):

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar por escrito ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/14.

Parágrafo único: É vedada, na execução do presente termo de colaboração, a participação como gestor (a) da parceria ou como membro da Comissão de monitoramento e avaliação pessoa que nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com a LFSD, hipótese na qual deverá ser designado gestor (a) ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

CLAUSULA QUINZE – DO PLANO DE TRABALHO

15. O Plano de Trabalho proposto pela LFSD faz parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração e deverá atender o artigo 22 da Lei 13.019/2014, contendo:

- a) Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;
- b) Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;
- c) Prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;
- d) Elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas e preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE A PARCERIA

16. O monitoramento e avaliação das atividades do plano de trabalho serão realizados considerando o cumprimento do calendário esportivo -- temporada 2025, que faz parte integrante do plano de trabalho.

Recursos Humanos: trio de arbitragem (01 árbitro e 2 assistentes) especializados nas categorias: Especial, 1ª Divisão, 2ª Divisão, 3ª Divisão e 4ª Divisão;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

Meta quantitativa:

- Realizar todos os jogos do calendário esportivo – temporada – 2025.

Meta qualitativa:

- Apresentar o Município de Diadema a outras esferas do futebol de campo em nível estadual e federal;
- Ampliar e contribuir para a melhoria das atividades de esporte e lazer oferecidas aos munícipes.
- Oportunizar a participação de jovens e adultos nos campeonatos;
- Disciplinar o ser humano quanto a regras a seguir;
- Promover a inclusão e participação da família na prática de esportes; Indicadores:
- Planilhas dos campeonatos por divisões com resultados e súmulas dos jogos.

CLÁUSULA DEZESSETE – DEFINIÇÃO DA TITULARIDADE DOS BENS EDIREITOS REMANESCENTES

17. A ENTIDADE deverá definir, se for o caso, a titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria que em razão da execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DEZOITO – DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

18. No caso de dissolução da ENTIDADE, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

CLÁUSULA DEZENOVE - DO FORO

19. Fica eleito o Foro da Comarca de Diadema, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer divergências decorrentes do presente convênio, com exclusão expressa dos demais, devendo, antes, porém, haver prévia tentativa de solução administrativa com a participação da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, nos termos do artigo 42, XVII da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20. As despesas decorrentes da presente parceria correrão por conta da dotação orçamentária nº 11.02.27.813.0011.2093.335039 – fonte 1.110.0000.

20.1. Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre as partes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

E, por estarem de acordo com todas as cláusulas, assinam o presente Termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor, para os efeitos jurídicos de direito, na presença de duas testemunhas que ao final subscrevem:

Diadema, _____ de _____ de 2025

ADILSON FERNANDES DE SOUZA
Secretário de Esporte e Lazer
MUNICÍPIO DE DIADEMA

LEANDRO DE SOUSA SILVA
Presidente
LIGA DE FUTEBOL DE SALÃO DE DIADEMA

TESTEMUNHAS:

1: _____ 2: _____
(MUNICÍPIO) (ENTIDADE)



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ANEXO RP-12 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR- TERMO DE CIÊNCIA E DENOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO N° (DE ORIGEM):

OBJETO:

ADVOGADO(S): (*)

Na qualidade de Órgão/Entidade Público(a) e Organização da Sociedade Civil Parceira, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos eo mais que couber.

Outrossim, estamos **CIENTES**, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

LOCAL e DATA:

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):

Nome e cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura:

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Nome e cargo: LEANDRO DE SOUSA SILVA – Presidente

E-mail institucional: ligafutsaldiadema@gmail.com

E-mail pessoal:

Assinatura:

*) Facultativo. Indicar quando já constituído
